

# MURRUPULA: UM DISTRITO ABSTENCIONISTA

LOCALIDADE: MURRUPULA LOCALIDADE: MURRUPULA

Código da Assembleia de Voto  
(Nº do Cédulo Principal)

03000102

Nº das Cédulas Complementares

## ELEIÇÕES GERAIS E DAS ASSEMBLEIAS PROVINCIAIS

	PR	AR	AP
Número de Votos	515	515	515
Número de Votos na Urna	515	515	515

### Assinatura dos Membros da Mesa e Carimbo

Presidente Vice-Presidente Secretário 1. Escrutinador 2. Escrutinador

*[Handwritten signatures and circular stamps of the election board members]*

# Murrupula: Um distrito abstencionista

**Editor**

Luís de Brito

**Autores**

Egídio Chaimite  
Salvador Forquilha

Projecto “O Eleitor Evanesciente: Análise da participação/abstenção eleitoral em Moçambique”,  
financiado pelo DFID

**Relatório de Investigação nº 2**

**Maputo  
2015**

**Título**

Murrupula: Um distrito abstencionista

**Editor**

Luís de Brito

Copyright © IESE, 2015

Instituto de Estudos Sociais e  
Económicos (IESE)  
Av. Tomás Nduda 1375  
Maputo, Moçambique

Telefone: + 258 21 486043

Email: [iese@iese.ac.mz](mailto:iese@iese.ac.mz)

Website: [www.iese.ac.mz](http://www.iese.ac.mz)

É proibida a reprodução, total ou parcial, desta  
publicação para fins comerciais.

Maputo, Agosto de 2015



## Murrupula

A Escola de Napuco, no Posto Administrativo de Murrupula-sede, é uma imagem da fraca qualidade dos serviços públicos que são prestados aos cidadãos no distrito...

## INTRODUÇÃO

O comparecimento às urnas em processos eleitorais constitui um dos elementos cruciais do processo da construção democrática, na medida em que dita a configuração e legitimação da acção governativa e cristaliza uma das dimensões mais importantes da democracia representativa – o direito à participação (Dahl, 1997). Neste sentido, o fenómeno da subida das taxas de abstenção eleitoral representa um desafio para a institucionalização e desenvolvimento de regimes democráticos. Com efeito, um elevado não comparecimento às urnas enfraquece a legitimidade dos governos saídos das urnas e, em contextos de democracias não consolidadas, pode conduzir ao aumento da tensão política e, por via disso, propiciar a instabilidade e violência políticas (Brito et al., 2015).

No que se refere a Moçambique, depois de uma participação eleitoral situada em cerca de 87% nas primeiras eleições multipartidárias de 1994, as taxas de abstenção eleitoral aumentaram significativamente nos processos eleitorais subsequentes. Esta subida da abstenção eleitoral tem sido acompanhada por um outro fenómeno, igualmente importante: conflitos ante e pós eleitorais recorrentes, que cristalizam a ausência de consensos relativamente às regras de jogo político eleitoral. Neste contexto, os dois fenómenos (abstenção e conflitos eleitorais) estão interligados, na medida em que a tensão política resultante de conflitos eleitorais recorrentes propicia um ambiente político pouco favorável à participação eleitoral.

O não comparecimento às urnas é, no entanto, um fenómeno extremamente complexo, cuja explicação não se pode reduzir apenas à existência de conflitualidade eleitoral. Ele é sempre o resultado de uma variedade de factores, com pesos diferentes que importa analisar. Para o caso de Moçambique, embora haja relativamente poucos estudos sobre o fenómeno (Serra, 1999; Brito et al., 2005; Mazula, 2006), a abstenção pode ser vista como estando ligada a factores de ordem contextual, institucional e instrumental (Barreto, 2008). É nesta linha que se situa o projecto de pesquisa “O Eleitor Evanesciente: Análise da participação/abstenção eleitoral em Moçambique”, que visa estudar a participação/abstenção eleitoral no contexto da relação entre o Estado e os cidadãos, procurando responder essencialmente a duas perguntas: 1) quem são os abstencionistas? 2) que factores explicam a sua decisão de não ir votar?

Este relatório de pesquisa analisa a participação/abstenção eleitoral com base em narrativas de experiências dos eleitores/abstencionistas e a sua relação com a política e o Estado de uma forma geral. A partir de entrevistas semi-estruturadas e discussões em grupos focais, realizadas em seis povoações do distrito de Murrupula, depois de um inquérito por questionário que abrangeu a totalidade dos postos administrativos, o relatório aponta a relação que se estabelece entre o Estado e os cidadãos como variável importante na estruturação da atitude política dos eleitores em relação ao voto. Quanto maior for, por parte dos cidadãos, a percepção de um Estado distante física e simbolicamente no seu quotidiano, particularmente em termos de acesso aos serviços básicos (saúde, educação, água, estradas, segurança) e outros benefícios (pensões, 7 milhões, etc.), menor é a motivação desses cidadãos para o voto.

Os resultados apresentados neste relatório baseiam-se essencialmente em dados produzidos com recurso a uma abordagem qualitativa, fazendo uso de entrevistas semi-estruturadas, discussões em grupos focais e observação no terreno. Foram realizadas 31 entrevistas com cidadãos abstencionistas e não-abstencionistas, 13 sessões de discussão em grupos focais, sendo uma sessão por cada grupo focal [1]. A identificação dos abstencionistas foi feita de duas maneiras: a) a partir dos

grupos focais; b) a partir dos casos inicialmente conhecidos, com recurso à técnica de bola de neve. A composição dos grupos focais obedeceu essencialmente a três critérios: sexo, idade e participação eleitoral (se alguma vez votou ou não). Assim, os grupos focais tiveram a seguinte composição:

- Um grupo focal de mulheres (adultas abstencionistas);
- Cinco grupos focais de homens (adultos abstencionistas e não abstencionistas);
- Um grupo focal de homens e mulheres (membros de mesas de voto)
- Três grupos focais de homens e mulheres (abstencionistas);
- Um grupo focal de homens (não abstencionistas);
- Dois grupos focais de jovens (abstencionistas).

As entrevistas e as discussões em grupos focais foram realizadas em seis povoados, previamente seleccionados:

- Munlela e Navarola, no Posto Administrativo de Chinga;
- Napuco e Napico, no Posto Administrativo de Murrupula-sede;
- Nihessiue-sede e Namicaí, no Posto Administrativo de Nihessiue.

Os seis povoados acima mencionados foram seleccionados com base em três critérios:

- Sinais de uma abstenção considerável nas eleições de 2014. Informações recolhidas nas seis povoações durante a administração do inquérito no mês de Abril de 2015 davam indicações de que a abstenção tinha sido considerável em cada uma destas povoações. As lideranças locais das seis povoações mencionaram o facto de muita gente não ter ido votar nas eleições de 2014.
- Distância em relação aos postos de recenseamento ou de votação. Das seis povoações seleccionadas, três (Nihessiue-sede, Namicaí e Napuco) possuíam mesas de votação, enquanto as outras três (Munlela, Navarola e Napico) situavam-se, em média, a cerca de 15 km de distância do posto de recenseamento/mesa de votação.

- Influência das lideranças político-administrativas sobre o quotidiano das populações. De forma geral, as seis povoações localizam-se em zonas onde, durante a guerra civil, a Renamo teve uma forte influência, com excepção da sede do Posto Administrativo de Nihessiue, que sempre permaneceu sob controlo das tropas do Governo. Com o fim da guerra civil e a reposição da máquina administrativa do Estado, verificou-se uma revitalização da máquina partidária da Frelimo através das lideranças comunitárias, nomeadamente régulos, cabos, chefes de povoações e secretários. Todavia, essa revitalização não teve o mesmo impacto em todos os locais do ponto de vista de influência e controlo político das populações. Com efeito, enquanto em Nihessiue-sede, Namicai e Navarola existe uma relativa influência e controlo político da Frelimo, em Munlela, Napuco e Napico, a Renamo é que goza de maior influência junto das populações. Nestas últimas três povoações, a influência e controlo político da Frelimo são praticamente inexistentes, apesar desta possuir uma estrutura de base a nível local.

Além disso, a equipa de pesquisa também conduziu entrevistas com as lideranças locais, nomeadamente, régulos, cabos, chefes de povoações e representantes dos três principais partidos políticos (Frelimo, Renamo e MDM). O contexto local é um elemento extremamente importante para a análise e compreensão de factores na origem da decisão dos eleitores em não comparecer às urnas. Por isso começamos, ainda que brevemente, por caracterizar o distrito de Murrupula.

[1] As entrevistas e as discussões em grupos focais foram conduzidas em duas línguas: Português e Emakhwa. A tradução foi feita por um dos membros da equipa de pesquisa, que fala fluentemente as duas línguas. Os extractos das entrevistas e discussões em grupos focais reproduzidos no relatório reflectem o mais fielmente possível as gravações efectuadas durante a pesquisa de campo. Dada a sensibilidade dos assuntos abordados, alguns dos entrevistados e participantes nas discussões de grupo solicitaram o anonimato. Nesses casos, estão referenciados apenas por iniciais escolhidas arbitrariamente.

## SECÇÃO 1

### Um distrito abstencionista

A insatisfação em termos de serviços públicos no seio da população e o ambiente de confrontação política violenta entre a Frelimo e a Renamo afastam os eleitores das urnas

Durante a guerra civil, a Renamo conquistou uma grande influência no distrito de Murrupula. Essa influência reflectir-se-ia depois, nas eleições de 1994 e 1999, numa nítida vantagem em relação à Frelimo. Porém, desde 1999, o distrito tem registado níveis muito elevados de abstenção, ainda que tal tendência se tenha ligeiramente atenuado em 2014, o que coincidiu com uma recuperação eleitoral da Renamo, que, depois de ter perdido as eleições em 2004 e 2009 a favor da Frelimo, voltou a ganhá-las com resultados muito próximos dos que tinha obtido nos dois primeiros processos eleitorais.

Embora não seja ainda possível demonstrar rigorosamente que a abstenção nesta zona afecta principalmente o eleitorado da Renamo, a pesquisa permitiu verificar que a marginalização a que está votada uma parte significativa da população (especialmente em áreas de clara simpatia para com a Renamo) e que se observa no fraco nível e qualidade dos serviços públicos prestados pelo Estado, aliada ao clima de confrontação entre as forças políticas e um ambiente repressivo nas áreas de influência da oposição, são dois factores que contribuem para o afastamento dos eleitores das urnas.

## Da hegemonia da Renamo à abstenção massiva

Com uma população estimada em cerca de 162.673 habitantes, uma superfície de 3.119 Km<sup>2</sup>, uma densidade populacional de 52,1 hab/Km<sup>2</sup>, o distrito de Murrupula localiza-se a Sul da província de Nampula e faz limite a Norte com os distritos de Rapale e Ribáuè, a Sul com o distrito de Gilé (província da Zambézia), a Este com os distritos de Rapale e Mogovolas e a Oeste com o distrito de Ribáuè (INE, 2012). O distrito é atravessado pela Estrada Nacional nº 1 (EN1), que faz a ligação entre o Sul e o Norte de Moçambique, facto que torna a vila de Murrupula um importante ponto de circulação de pessoas e bens, com um impacto para a vida local. Murrupula possui três Postos Administrativos, nomeadamente Murrupula-sede, Chinga e Nihessiu. A ligação entre os Postos Administrativos é feita por estradas de terra batida, de difícil transitabilidade na época chuvosa. Aliás, este é o caso de todas as ligações entre a vila e as localidades do interior do distrito.

À semelhança dos distritos vizinhos, a economia de Murrupula é baseada na agricultura, essencialmente orientada para culturas alimentares, nomeadamente mandioca, milho, feijões, mapira, amendoim, etc. Dados do II censo agro-pecuário 2010/2011 indicam que o distrito de Murrupula, em 2010, possuía 34.130 explorações agro-pecuárias e uma área cultivada total de 49.061 hectares (INE, 2012). O sector industrial está praticamente ausente do distrito, facto que reduz significativamente as possibilidades de emprego para a população local economicamente activa. Neste contexto, os poucos empregos que existem estão ligados ao sector público (administração local, saúde e educação) e a uma pequena unidade de processamento de castanha de cajú chamada “Indústria de Processamento de Castanha de Cajú de Murrupula” (IPCCM). A IPCCM é a única unidade fabril existente no distrito e emprega cerca de 200 trabalhadores oriundos de diferentes povoados de Murrupula.

Quanto à rede escolar, dados do Instituto Nacional de Estatística (INE) indicam que o distrito de Murrupula, até 2011, contava com 143 estabelecimentos escolares do ensino primário, sendo 114 do ensino primário do 1º grau e 29 do ensino primário do 2º grau; além disso, a rede escolar conta também com cinco estabelecimentos do ensino secundário, sendo três do ensino secundário geral I e dois do ensino secundário geral II (INE, 2012). Grande parte destes estabelecimentos escolares funciona em edifícios precários, construídos pelas próprias populações, particularmente nos povoados mais distantes da vila sede e das sedes dos Postos Administrativos. Muitos destes estabelecimentos escolares não possuem carteiras e apresentam um grau preocupante de absentismo por parte dos professores.

Relativamente à rede sanitária, de acordo com os dados do INE, até 2011, Murrupula tinha seis unidades sanitárias: quatro Centros de Saúde e dois Postos de Saúde (INE, 2012). Neste contexto, muitos cidadãos, que residem em povoados afastados das sedes dos Postos Administrativos, percorrem longas distâncias à procura de cuidados de saúde. No que se refere ao acesso à água, 54% dos agregados familiares consomem água de poços sem bomba (a céu aberto), 39,1% dos agregados familiares recorrem a rios, lagos e lagoas, 3,8% dos agregados consomem água de poço ou furo protegido e apenas 2,4% dos agregados bebem água de fontanários, um valor muito abaixo da média provincial que se situa em 9,6% (INE, 2012).

Um dos aspectos marcantes do contexto local de Murrupula é a experiência da guerra civil e as suas consequências na estruturação do campo político e, por via disso, do voto. De acordo com as entrevistas e discussões em grupos focais, a história da guerra civil em Murrupula começa no início dos anos 1980, com a chegada dos primeiros guerrilheiros da Renamo ao distrito

por volta de 1983. Um dos líderes comunitários locais conta a chegada da Renamo a Murrupula nos seguintes termos:

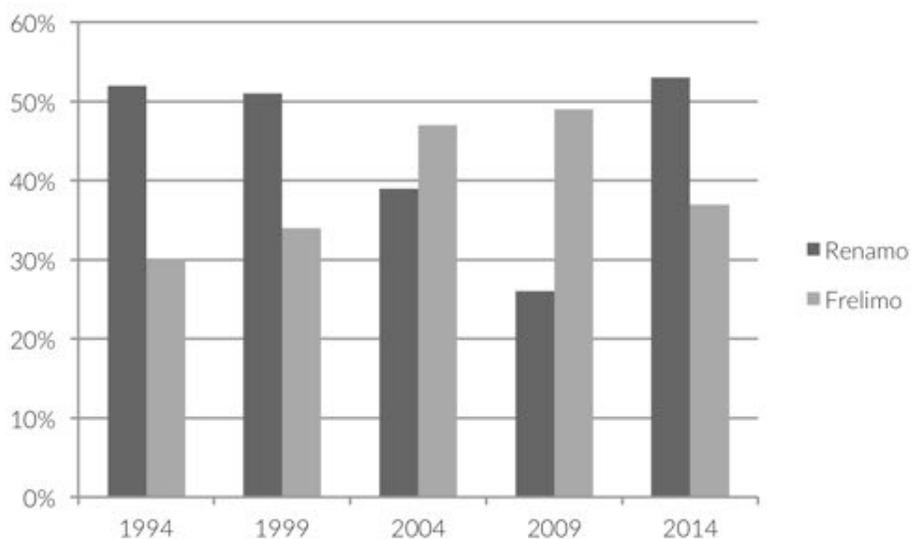
“ A Renamo chegou a Murrupula em 1983, concretamente no régulo M’puatha. Eles entraram pelo régulo Monrupa. Aqui em Napico, eles [os guerrilheiros da Renamo] foram recebidos por mim. Quando chegaram, lembrome, encontraram-me na machamba a capinar e perguntaram-me: ‘onde vives?’ Eu respondi: no régulo M’puatha. Daí, eles passaram e foram para Mogovolas. No regresso de Mogovolas, decidiram fundar uma base em M’puio, na outra margem do rio, na localidade de Cazuzo, aqui em Murrupula”. [2]

Na realidade, os guerrilheiros da Renamo entraram em Murrupula idos do distrito de Ribáuè, onde tinham chegado em Março daquele ano de 1983. Ribáuè foi praticamente a porta de entrada da Renamo para a província de Nampula. A reacção dos camponeses locais face aos guerrilheiros da Renamo não foi uniforme em todos os povoados de Murrupula. Enquanto nos povoados próximos da vila-sede, ou das sedes dos postos administrativos (fisicamente mais próximos do

Estado), os camponeses procuravam refúgio em aldeias comunais instaladas pelo Governo. Ao contrário, nos povoados mais distantes da vila-sede, os guerrilheiros da Renamo eram vistos como aqueles que protegiam as populações locais das políticas rurais da Frelimo, nomeadamente das aldeias comunais, machambas colectivas, etc.:

“ Aqui nunca houve aldeia. As pessoas não queriam ir para a aldeia. Até que um dia chegaram os Naparamas [grupo paramilitar que lutava a favor da Frelimo] e fizeram muitos estragos e terror na povoação. Então, muita gente fugiu com medo. As pessoas estavam com medo dos Naparamas e da Frelimo, que levavam as pessoas para as aldeias. Nós que tínhamos conseguido ficar na zona da Renamo, a Renamo dizia-nos: não vão às aldeias comunais porque aqui é vossa terra. Vocês têm que ficar aqui. Nós vamos vos proteger, porque se forem para as aldeias comunais não vão poder fazer machambas. Para nós, os homens da Renamo eram a nossa protecção. Não nos faziam mal. Pelo contrário, eles nos diziam para produzir nas machambas, criar galinhas, cabritos... Enquanto que a Frelimo, quando vinha, queimava as nossas casas para obrigar as pessoas a ir para a aldeia comunal”. [3]

Gráfico 1. Voto da Frelimo e da Renamo no distrito de Murrupula (1994-2014)



Fonte: Dados da Comissão Nacional de Eleições e resultados publicados pelo Conselho Constitucional.

A guerra civil foi intensa no distrito de Murrupula, particularmente nos povoados mais distantes da vila. À semelhança do que aconteceu em outros distritos (Geffray, 1990), esta pesquisa mostra que, em Murrupula, a Frelimo e a Renamo também lutaram pelo controlo das populações locais durante a guerra civil, facto que, em certa medida, reflecte a dinâmica do voto a nível local. Com efeito, enquanto as zonas que permaneceram sob o controlo da Renamo durante a guerra têm tendencialmente votado na Renamo, as zonas que ficaram sob o controlo do Estado votam tendencialmente na Frelimo. Quando se olha para a evolução dos resultados eleitorais desde as primeiras eleições multipartidárias de 1994, de uma forma geral, pode-se constatar que, apesar de uma queda acentuada em 2004 e 2009, a Renamo ainda continua a ter uma influência notável junto do eleitorado de Murrupula, tal como o gráfico 1 ilustra. Refira-se que nas eleições gerais de 1994, 1999 e 2014, a Renamo obteve a maioria dos votos no distrito de Murrupula.

Relativamente à abstenção eleitoral, Murrupula apresenta um padrão que segue o que se verifica à escala nacional, isto é, uma participação relativamente alta nas primeiras eleições multipartidárias de 1994 e um aumento da abstenção nas eleições subsequentes. Na realidade, Murrupula é um dos distritos mais

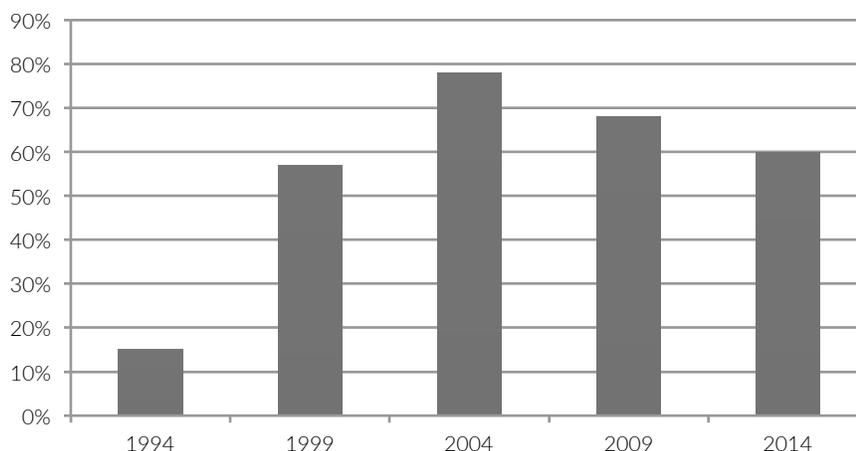
abstencionistas da província (15% em 1994; 57% em 1999; 78% em 2004; 70% em 2009; 60% em 2014), que, ela própria, juntamente com a Zambézia, tem registado, desde 1999, uma percentagem de abstenção bastante superior à média nacional.

De que forma o contexto acima descrito afecta o fenómeno da abstenção em Murrupula? Que percepções os eleitores têm das relações com o Estado neste contexto e em que medida essas percepções estruturam a sua atitude em relação ao voto? Quem são os eleitores que não comparecem às urnas e que motivos evocam para não ir votar? Estas são as questões que vamos abordar nas secções que se seguem, através da análise de assuntos que cristalizam a relação com o Estado, nomeadamente o acesso aos serviços públicos, o medo em relação à Força de Intervenção Rápida (FIR), a reprodução das lógicas da guerra no contexto dos processos eleitorais e o acesso ao fundo distrital de desenvolvimento ("7 Milhões").

[2] Intervenção de C. C. na discussão do grupo focal em Napico, 3 de Junho de 2015.

[3] *Idem*.

Gráfico 2. Abstenção no Distrito de Murrupula (1994 - 2014)



Fonte: Dados da Comissão Nacional de Eleições e resultados publicados pelo Conselho Constitucional.

## “O Estado esqueceu-se de nós”

A vida política pode ser vista numa lógica da oferta e da procura (Bourdieu, 2009), onde o voto joga um papel importante de expressão não só das preferências dos eleitores em relação à “mercadoria política”, mas também do seu posicionamento face às instituições políticas e à política de uma forma geral. Neste contexto, o não comparecimento às urnas surge como uma forma de desaprovar a maneira como os recursos públicos são redistribuídos via serviços básicos, através dos quais os eleitores vivenciam praticamente a sua relação com o Estado. Um maior acesso aos serviços básicos propicia, por parte dos eleitores, a percepção de um Estado presente no seu quotidiano.

Nos seis povoados onde decorreram as entrevistas e as discussões em grupos focais, os serviços básicos são deficientes e nalguns casos mesmo inexistentes, particularmente no que se refere aos serviços de saúde. A título de exemplo, dos seis povoados abrangidos pela pesquisa, apenas Nihessiue-sede possui uma unidade sanitária (posto de saúde). Nos restantes cinco povoados, as populações percorrem em média 15 Km para chegar a uma unidade sanitária. É o caso, por exemplo, do povoado de Munlela:

“ Fomos falar com o chefe do posto de Chinga e dissemos a ele: Sr. chefe do posto, para a gente sair de Munlela para Chinga é longe, de Munlela para Mulio é longe. Queremos, pelo menos, ter um posto de socorro aqui em Munlela. Apresentámos esta preocupação várias vezes, mas até aqui não temos nenhuma resposta. O Estado esqueceu-se de nós!” [4]

Nos casos em que existe uma unidade sanitária, o atendimento é marcado por baixa qualidade e cobranças ilícitas. Esta situação afecta particularmente as mulheres quando têm que entrar em serviço de parto, tal como menciona uma das intervenientes num dos grupos focais:

“ No hospital não somos bem atendidas, principalmente as mulheres grávidas. Quando vamos para lá é preciso ter algum dinheiro para ser bem atendida. Se você não tem dinheiro, é mal atendida. Além disso, quando uma mulher vai ao posto de saúde para ter bebê, quando chega lá, dão enxada ao marido para ele ir capinar à volta do posto de saúde, como condição para a mulher ser atendida. Ou então, dão-lhe catana para ir ao mato cortar estacas em troca do atendimento da sua mulher no posto de saúde. Aqui sofremos para ser bem atendidas no hospital”. [5]

O posto de saúde de Nihessiue-sede não dispõe de grandes meios. Em caso de urgências, os doentes procuram, por meios próprios, chegar ao centro de saúde da vila-sede, que dista a cerca de 30 Km. No entanto, já tinha havido promessas de uma ambulância para o posto de saúde local.

“ No passado prometeram-nos que iam trazer uma ambulância para aqui em Nihessiue, mas até aqui não estamos a ver nada. Quando as pessoas estão doentes e têm que ser transferidas para a vila, as pessoas têm que alugar uma motorizada para poder levar os doentes até à vila e isso é muito caro para as pessoas daqui porque não há dinheiro. Por isso, se o Governo ainda se lembra daquela promessa que fez [ambulância], agradecíamos que cumprisse porque estamos a sofrer. Outra coisa é o seguinte: os funcionários aqui do posto administrativo não vieram trabalhar, só vieram nos desgraçar. Porque eles só querem que nós demos alguma coisa, exigem algo de nós, mas não nos dão nada em troca. Quando vamos para o hospital, se tu não tens dinheiro no bolso, não és atendido; se tu não tens dinheiro não te dão medicamento. Aquele medicamento que era para nós lá no hospital, acabam vendendo lá nos bairros. Quer dizer, vendem enquanto aquele medicamento veio para as pessoas que estão a sofrer. Por isso estou a dizer que esses funcionários só vieram para nos desgraçar”. [6]

Mas as dificuldades de acesso aos serviços básicos não se circunscrevem apenas à saúde. Elas dizem respeito igualmente a outros sectores, como por exemplo a educação. Apesar de existir uma escola em cada um dos seis povoados escalados durante a pesquisa, apenas Nihessiue-sede possui uma escola de construção convencional edificada pelo Estado. As restantes cinco escolas foram construídas pelas populações, com base em material local (paus e capim), limitando-se o Estado a fornecer apenas os professores.

Mais do que o estado precário das escolas, a maior preocupação das populações locais é o alto absentismo dos professores nestes povoados afastados da vila-sede de Murrupula, que preferem passar muitos dias nas suas zonas de residência, junto das suas famílias, em geral na vila e arredores, a ir dar aulas. Falando do caso da escola do povoado de Munlela, por exemplo, um dos intervenientes de um grupo focal dizia:

“ Os professores estão há mais de um mês sem dar aulas. Os professores dizem que aqui onde foram colocados é no mato porque estão acostumados à vida da vila-sede em Murrupula. Por isso acabaram voltando para Murrupula. A minha pergunta é: como é que lá perto de Murrupula (sede) há escolas melhoradas construídas pelo Estado e aqui não há nada?” [7]

Cenário semelhante existe também em outros povoados, como por exemplo em Namicaí.

“ Eu vou falar a verdade. Aqui, o povo está a chorar. Os professores quando saem daqui numa sexta-feira, vão-se embora e ficam toda a semana lá em Murrupula sem pôr os pés aqui em Namicaí. Os professores recebem. Nós mandamos os nossos filhos para a escola e quando os professores faltam, isso dói-nos. E de tanto os professores faltarem, as crianças até se esquecem que têm que ir à escola”. [8]

O povoado de Napuco vive o mesmo cenário. A escola é de construção precária e a unidade sanitária mais próxima fica a cerca de 20 Km. As vias de acesso ao povoado são intransitáveis na época chuvosa. Tudo isso, na percepção dos entrevistados, alimenta o sentimento de abandono, esquecimento, marginalização e falta de interesse por parte do Estado em prover serviços

básicos à população local.

“ Temos escola aqui em Napuco. Toda a hora os pais têm que procurar paus para reabilitar a escola. Mas vemos escolas de alvenaria em outras zonas de Murrupula. Estamos a sofrer. Mesmo os nossos professores, as casas deles foram construídas por nós. Nós queremos desenvolvimento. Aqui o desenvolvimento não é visível. Às vezes as crianças ficam aqui uma semana sem aulas porque os professores não têm condições para viver aqui permanentemente. Outra coisa: o que faz com que as pessoas não fiquem satisfeitas com o voto. O que se vê é que quando os políticos são eleitos se esquecem do povo daqui, não constroem hospital, não nos dão água. Mas, noutras zonas, a gente vê que lá há hospitais, estradas, fontanários. Encontramos professores a dar aulas normalmente nessas zonas e acabam se desenvolvendo. Mas isso não acontece aqui em Napuco. Eleições começaram em 1994, como é que se explica que até hoje não há nada aqui em Napuco? Mas, nas campanhas eleitorais sempre vêm aqui prometer coisas”. [9]

O estado precário de infra-estruturas (estradas, centros de saúde, escolas) e a baixa qualidade de serviços básicos criam um sentimento de um Estado distante do quotidiano dos cidadãos e, por via disso, um sentimento de “cidadãos de segunda categoria”, facto que tem implicações para a sua atitude em relação ao voto. Isso muitas vezes traduz-se em frustração, resignação, “demissão face à política” (Bourdieu, 2009) e no conseqüente não comparecimento às urnas em períodos eleitorais. Para os entrevistados, particularmente os abstencionistas, a “demissão face à política” resulta de um certo “cansaço”, tal como manifestaram durante as entrevistas e discussões em grupos focais: “não vamos votar porque estamos cansados”. O cansaço neste caso assume dois significados distintos. No primeiro significado, cansaço refere-se ao facto de o voto não se traduzir necessariamente no melhoramento das condições de vida das populações locais, particularmente no que diz respeito ao acesso aos serviços básicos, nomeadamente educação, saúde, água, estradas, etc. Neste sentido, votar não compensa, uma vez que as promessas eleitorais nunca se realizam. Este tipo de cansaço é expresso sobretudo pelos abstencionistas que habitualmente votavam na Frelimo. O segundo significado de cansaço refere-se ao facto de, em diferentes eleições, votar num candidato, que nunca é

proclamado vencedor. Este é o cansaço manifestado particularmente pelos abstencionistas que tradicionalmente votavam na Renamo. Neste sentido, existe uma percepção de que o voto, em si, não produz

alternância a nível do poder político, em virtude de fraudes recorrentes que afectam os resultados eleitorais.

[4] Intervenção de J.E. na discussão do grupo focal de homens abstencionistas em Munlela, 30 de Maio de 2015.

[5] Intervenção de R.A na discussão do grupo focal de mulheres em Nihessiue-sede, 29 de Maio de 2015.

[6] Intervenção de T.U na discussão do grupo focal de homens abstencionistas em Nihessiue-sede, 31 de Maio de 2015.

[7] Intervenção de B.F. na discussão de grupo focal de homens abstencionistas em Munlela, 30 de Maio de 2015.

[8] Intervenção de M.I. na discussão de grupo focal de homens e mulheres em Namicai, 27 de Maio de 2015.

[9] Intervenção de A.S. na discussão de grupo focal de homens em Napuco, 5 de Junho de 2015.

Quadro 1. Escolas primárias dos seis povoados onde decorreu a pesquisa

Povoado	Nível da escola	Tipo de construção	Mobiliário
Nihessiue-sede	EP 2	Convencional	Possui carteiras
Namicai	EP 1	Precária (paus e capim)	Não possui carteiras
Napico	EP 1	Precária (paus e capim)	Não possui carteiras
Napuco	EP 1	Precária (paus e capim)	Não possui carteiras
Navarola	EP 1	Precária (paus e capim)	Não possui carteiras
Munlela	EP 1	Precária (paus e capim)	Não possui carteiras

Fonte: Elaborado pelos autores.

## SECÇÃO 2

### Clientelismo, corrupção e abstenção

A questão da partidarização e do clientelismo político, assim como a corrupção colocaram-se desde cedo como desafios à boa gestão dos "7 Milhões"

Desde a sua criação em 2005, o fundo dos "7 Milhões", oficialmente Fundo Distrital de Desenvolvimento, também conhecido como "7 bis" nalgumas comunidades, tem sido objecto de controvérsia. O objectivo oficial desta iniciativa pessoal do Presidente Armando Guebuza era contribuir para o combate à pobreza e à escassez de alimentos e, assim, potenciar o desenvolvimento económico local. Os fundos deviam ser aplicados no financiamento directo a pequenos projectos na agricultura, comércio e serviços, entre outros, num sistema rotativo de concessão e reembolso sob gestão dos então 128 distritos do país, fazendo com que a administração distrital passasse também a assumir o papel de instituição de concessão de micro-crédito. A pesquisa mostra que a realidade está muito distante dos objectivos enunciados oficialmente.

A questão da partidarização, do clientelismo político e da corrupção colocaram-se desde cedo como desafios à boa gestão destes fundos. Nesta secção do relatório, retomamos a análise de parte destes "desafios", procurando demonstrar a sua ligação com a questão da participação eleitoral. Argumentamos que o descontentamento da população em relação à gestão dos fundos dos "7 Milhões" cria crispações entre esta e as lideranças político-administrativas locais, o que contribui para que parte significativa dos eleitores se abstenha de participar nos processos eleitorais.

## “7 Milhões”, partidarização e clientelismo

Os entrevistados que conhecem o fundo dos “7 Milhões” teceram duras críticas relativamente ao seu acesso por causa de esquemas de corrupção envolvendo as lideranças locais. Um jovem desempregado e abstencionista do posto administrativo de Nihessiue, falou dos “7 Milhões” nos seguintes termos:

“ A maneira de se emprestar aquele dinheiro não é coerente. O que está a acontecer é que para emprestar aquele dinheiro, é preciso comprar. Você tem que tirar dinheiro do seu bolso, ou ter cabritos, ou bois, para ir concorrer [por] aquele dinheiro. [A] Essa iniciativa não temos mais acesso”. [9]

O extracto da discussão num grupo focal realizado na povoação de Munlela, a 16 km da sede do posto administrativo de Chinga, também revela a percepção que alguns cidadãos de Murrupula têm sobre as dificuldades no acesso ao fundo dos “7 Milhões”. Tal como o jovem de Nihessiue, também aqui os populares lamentam o facto do fundo não beneficiar aqueles a quem oficialmente se destina: os grupos mais desfavorecidos. Vejamos a seguir um extracto duma discussão no grupo focal:

- *Equipa do IESE (EI):* Já ouviram falar dos “7 Milhões”?
- *Todos* (em unísono): Sim!
- *Interveniente 1:* já ouvimos. Ouvimos e também temos visto as pessoas que têm acesso a esse dinheiro.
- *EI:* Como é que acontece aqui? Como é que levam esse dinheiro e o que é que fazem com ele?
- *Interveniente 1:* Para nós que estamos aqui é difícil ter esse dinheiro. Nós fazemos questão de ir até Chinga pedir esse dinheiro, dão-nos formulário, preenchemos o formulário, preenchemos todos os requisitos necessários para ter aquele dinheiro, [mas] os que têm acesso a esse dinheiro são aqueles que já têm. Aqueles que já têm algo no bolso vão para acrescentar aquilo que têm e nós que não temos nada? O que eu ouvi dizer é que aquele dinheiro é para beneficiar pessoas

desfavorecidas, pessoas que querem desenvolver os seus projectos e não têm fundos para os seus projectos. Então, quando vamos para lá pedir aquele dinheiro eles perguntam: o que é que você tem? O que você faz? Se a pessoa diz que não tem nada então eles dizem “esse dinheiro não é para pobres.” Eles querem pessoas que quando vão para lá e lhe perguntam o que você tem em casa responde que tem 10 mil meticais em casa. Então dizem você mesmo leva esse dinheiro. Então e nós que somos pobres, e que queremos sair da pobreza, ficamos sem maneiras, porque quando vamos para lá dizem: “Eh pá! Você é pobre, sai daqui! Traga um ou dois cabritos para ter acesso a esse dinheiro”. Ajudem-nos! Nós estamos cansados. Quando vamos pedir aquele dinheiro [é] para pelo menos [podermos] produzir o nosso milho, vender, termos lucro e devolvermos. Agora só dão emprestado [a]os que têm... E dizem que o dinheiro é para os pobres! Então aqueles são pobres? Pobres somos nós que precisamos daquele dinheiro. [10]

Da discussão com outro grupo focal, desta feita no posto de Nihessiue, seguem-se alguns relatos da experiência dos que solicitaram os fundos, incluindo dos que os conseguiram obter [11]:

- *EI:* Vocês que estão aqui, há alguém que recebeu os “sete bis”?
- *Interveniente 1:* Há! Mas acho que só é mano Arlindo aqui.
- *Interveniente 2:* Os que receberam dinheiro aqui em Nihessiue, não receberam do nada. É preciso ir “cunhar”, levar seus cabritos, levar dinheiro para ir comprar o dinheiro. Só assim é que o nome é seleccionado para ter o dinheiro.
- *EI:* Conhecem outras pessoas que também passaram por estas situações?
- *Interveniente 3:* Tenho um irmão que concorreu para ter acesso a esse dinheiro em 2013. Quando concorreu perguntaram-lhe: “o que você tem para ter acesso a esse dinheiro”? Ele disse: “tenho uma ovelha”, e lhe disseram: “uma só!?” É pouco, não chega. Tens que trazer dois cabritos para conseguires ter o dinheiro”. Como ele queria o

dinheiro, foi levar os cabritos e entregou. Quando chegou a fase de se avaliar os formulários, ele foi reprovado. No ano seguinte, em 2014, voltou a concorrer novamente. Pagou o que tinha que pagar e foi apurado. Finalmente, teve acesso ao dinheiro.

- *El*: Quanto é que recebeu?

- *Interveniente 3*: Cinquenta mil!

- *El*: Desculpa mano, mas quando reprovaram o formulário dele na primeira vez, devolveram os cabritos?

- *Interveniente 3*: Nada! Não se devolve!

- *El*: E nessa segunda vez, o que pagou?

- *Interveniente 3*: Dinheiro! Mil e quinhentos.

Outro interveniente interrompeu para apresentar a sua experiência:

- *Interveniente 4*: Na verdade isso acontece aqui. Por exemplo, em 2013, eu fui aí concorrer. Preenchi o formulário. Então, me perguntaram: “você que quer esse dinheiro, o que você tem?” E como eu não tenho nada, fiquei sem maneiras. Então, eles disseram-me “se queres esse dinheiro, vai desenrascar; traz um cabrito e dois mil meticais” Como eu procurei e não consegui o dinheiro, nem o cabrito, acabei desistindo. Então, fui para outras zonas à procura de “biscatos”. Fiz “biscatos” e consegui cerca de cinquenta mil meticais. Com esse dinheiro consegui comprar a minha mota.

O primeiro interveniente voltou a interromper para expor o que sucedeu com ele, explicitando o seu aborrecimento com a atitude dos funcionários da Secretaria do posto administrativo de Nihessiu e com o respectivo chefe de posto:

- *Interveniente 1*: Para acrescentar. Em 2013, eu também preenchi o meu formulário. Aquele meu formulário já tinham aprovado, só que mais tarde saiu o chefe de posto falando que esses são crianças, não podemos dar esse valor. Nós pedíamos cem mil e já tínhamos gastado nosso dinheiro [que] oferecemos ao chefe da secretaria. Demos mil e quinhentos, mais pato, mais amendoim, uma lata. Já quando aquele nome saiu, o próprio chefe da secretaria veio, dizendo: “putos”! Já assim devem sair para irem tratar o vosso NUIT em Nampula. O vosso nome já saiu. Então, volta o chefe do posto a dizer que não! Não vale a pena esses “putos” irem buscar esse dinheiro. Levaram aquele dinheiro e foi dado o outro nosso colega que era meu vizinho. Também deu à mulher que trabalha lá mesmo no Governo. Esse dinheiro foi dado a ela. Já nós ficamos assim, sem

levarmos aquele dinheiro. Também a partir de já estou sentindo muito por esse nosso chefe...

Um outro relato revela parte do esquema de extorsão, partindo da questão da aquisição do formulário de candidatura:

“ Por exemplo, eu, para apanhar esse dinheiro de “7 Milhões”, tenho que ter pelo menos mil. Mil meticais no bolso. Quando tem os mil, primeiro vai ali no distrito comprar o formulário. Tem que comprar. 500 meticais. Depois sair, vai preencher. Depois de preencher, tem que tirar dinheiro, dois a três mil meticais, para dar a pessoa que preenche. Daí, é preciso arranjar cabrito para os chefes [de localidade]. Sem isso não é contado. Depois daí, leva cabrito ou galinha. É preciso! Quando você recebe, por exemplo, você quer pedir número de quatro ou cinco [mil meticais], aí o dinheiro fica menos, tem que se tirar. Eles escolhem. Se pedir cinco, tem que saber que já vai levar só três, assinando que levou cinco. Outro dinheiro fica com o chefe, os chefes dos postos, mas quando é para devolver, tem que ser cinco”. [12]

Um outro entrevistado explicou que, em 2008, tentou pedir o dinheiro. Cumpriu com a formalidade e as comissões, desde a aquisição do formulário, passando pelo pagamento de dois mil meticais a um director de escola para que o ajudasse no preenchimento, dado que, segundo ele, se preenchesse pessoalmente não aceitariam. Ultrapassadas estas duas primeiras fases, foi a vez de tratar com o chefe de localidade. Como de costume, para que o processo pudesse avançar, este exigiu que ele lhe desse um cabrito. Como o nosso entrevistado não conseguiu o cabrito, o processo foi arquivado, apesar de ter já gasto dois mil e quinhentos meticais, que não pôde recuperar.

Os esquemas de corrupção não são o único desafio relativamente ao acesso aos “7 Milhões”. Existe também a questão da partidização e do compadrio. A necessidade de se ser membro do partido Frelimo como condição para beneficiar do fundo dos “7 Milhões” é abordada de uma forma recorrente, particularmente por cidadãos que são membros ou simpatizantes de outros partidos políticos, nomeadamente a Renamo e o MDM. A este respeito, um membro do MDM dizia:

“ Eu tenho pedido [os fundos], [mas], como sou da oposição, tenho cruz atrás. Talvez é assim. Eu não entendo bem qual é o procedimento. Se bem que é emprestado a qualquer pessoa que é cidadão ou pobre deste distrito, ou daquela zona. Não estou a entender, mas entrar esses “7 Milhões” no distrito, entram. Só é a forma de distribuição desse dinheiro. Não há critérios claros. Não se entende bem que critérios usam para seleccionar as pessoas para receber o dinheiro. Posso dizer isso. Não é de qualquer maneira que você vai pedir e recebe o dinheiro. Eles querem saber quem é você”. [13]

Contudo, em Murrupula notámos que, mesmo no seio da liderança local do partido Frelimo, há inúmeras reclamações com relação à gestão dos fundos. Por exemplo, um líder comunitário, membro da Frelimo, comentava:

“Nosso Governo da Frelimo é bom, mas é [também] mau, porque entre nós, somos escolhidos. Por exemplo, administradores, chefes dos postos é que nos fazem mal. Eles [esquecem] que um distrito para crescer é através dos cabos, dos chefes [líderes comunitários]. Porque sem esses, o distrito não cresce. Não há consideração. Por exemplo, o Governo tira dinheiro. Esse dinheiro vão dar às pessoas lá, população. Distrito x, está aqui dinheiro. Esse dinheiro quando vem, população daqui não recebe esse dinheiro. Aqui quem recebeu é só uma pessoa, o secretário da Frelimo”. [14]

A figura do secretário do partido Frelimo foi igualmente evocada numa discussão em grupo focal em Napuco. Nessa discussão foi feita referência ao facto de o dinheiro dos “7 Milhões” servir somente aos membros do partido Frelimo, pese embora o facto de parte das lideranças deste partido também se sentirem excluídas.

“ Na verdade, aquele dinheiro o Governo tira, quando tiram o dinheiro, dizem que é para desenvolver a comunidade, para nós, o povo, irmos pedir aquele dinheiro. Até às vezes somos ditos para tratar documentos. Mas, mesmo tratando os documentos não somos dados aquele dinheiro; eles dão-se entre eles. Por exemplo, aqui em Napuco ouvimos que o primeiro secretário do partido Frelimo teve aquele dinheiro. Eles se emprestam aquele dinheiro entre eles. Mas quando o dinheiro é enviado do distrito para cá dizem que é para o povo. Mas, não serve ao povo. É para pessoas

do partido, que estão a servir o partido, partido Frelimo”. [15]

A amizade e a familiaridade com as lideranças locais são também consideradas centrais no acesso aos “7 Milhões”.

“ Não se entende bem aquele a quem é feito empréstimo daquele valor. Não se entende, porque todo aquele que concorre volta a chorar porque não é seleccionado. Agora não sabemos quem é atribuído aquele dinheiro. Se são famílias dos responsáveis, ou amigos. Às vezes, pode vir um da Zambézia, ou de Mogovolas, enquanto lá também tem “7 Milhões”, vir emprestar aqui porque está lá fulano, fulana, que são famílias que estão no Governo. Por isso até, quando for a entrar aqui na população, perguntar um por um, é provável que esses “7 Milhões” não se encontra 30 pessoas. Mas saem pessoas de um outro distrito para aqui. Deixar seus “7 Milhões” lá, vir pedir aqui porque tem família ligado com esse dinheiro. Isso acontece”. [16]

Um líder comunitário, membro da Frelimo, também se referiu aos esquemas de compadrio:

“Não temos nada aqui. Todo o dinheiro fica lá mesmo no distrito [na vila-sede]. Até que nós perguntamos: eh! Aqui vem dinheiro, 7 bis... quantas pessoas recebem esse dinheiro aqui? [Eles dizem] ah! Esse dinheiro sempre foi assim. Mas foi assim como? Eles chamam-nos lá para o distrito [vila-sede] só para irmos defender essas famílias deles [nas sessões do Conselho Consultivo onde os projectos são aprovados], porque não podem entrar ali. Quando vêm aquele dinheiro, logo, antes de anunciar para a população, primeiro, arranjam maneiras e tiram o dinheiro para as famílias deles [dirigentes]. E nós que somos daqui de Murrupula não recebemos esse dinheiro.” [17]

[9] Entrevista com C.A., jovem dos Posto Administrativo de Nihessiue, 3 de Junho de 2015.

[10] Grupo Focal, Munlela, Posto Administrativo de Chinga, 30 de Maio de 2015.

[11] Grupo Focal, Posto Administrativo de Nihessiue, 26 de Maio de 2015.

[12] Entrevista com J. T., Murrupula, 2 de Junho de 2015.

[13] M. P., entrevista, Murrupula, 5 de Junho de 2015.

[14] J. T., entrevista, Murrupula, 2 de Junho de 2015.

[15] Intervenção de B. N, grupo focal de Napuco, 5 de Junho de 2015.

[16] Entrevista com M. P. , Murrupula, 5 de Junho de 2015.

[17] Entrevista com J. T., Intaphata, 2 de Junho de 2015.

## “7 Milhões”, Estado e abstenção

A questão do compadrio tem implicações não só sobre a imagem das lideranças locais mas também, e sobretudo, sobre o interesse que os devedores têm em proceder ao seu reembolso. Defendem alguns que, por verem que os familiares dos chefes não reembolsam, os outros devedores seguem o exemplo, tal como menciona um dos intervenientes num dos grupos focais:

“ Aqui em Nihessiue, por exemplo, não são muitos que levaram os “7 bis”. Não são muitos Os que levaram são “vientes”, que são familiares desses que estão a trabalhar no Governo. São os filhos, sobrinhos, dos chefes que vivem lá noutros distritos. Por exemplo, a mulher do chefe de posto levou aquele dinheiro e foi fazer suas coisas lá na terra dela. Aqueles que pediram empréstimo, que vivem aqui em Nihessiue, são exigidos a devolução, mas não fazem o mesmo como a mulher do chefe do posto. Então, é isso que nos deixa cansados”. [18]

Os esquemas de corrupção também impactam sobre a capacidade e a vontade dos devedores em reembolsarem os fundos dos “7 Milhões”: por um lado, alguns consideram que, pelo facto de já terem dispendido algum dinheiro para aquisição dos fundos, depois de os obterem já não há necessidade de procederem ao reembolso, alegadamente porque já pagaram aos chefes; por outro lado, outros, depois de receberem o valor, já não têm capacidade financeira para pôr em prática os projectos aprovados, dado que parte significativa dos valores já lhes foi retirada, igualmente pelos chefes e demais funcionários da administração local. O extracto que se segue aborda este último aspecto:

“ Mas, no meu tempo não acontecia muito, mas agora, se você não tem dinheiro não apanha aquele dinheiro. Compra-se. É preciso ir ali prometer. Você diz: “eu quero dinheiro”; eles te perguntam: “quanto?” Você diz: “quero cem mil”. Eles lhe dizem: “se quer cem mil, tem que tirar vinte para os chefes, chefe do posto... Ele tira

vinte mil e você fica com oitenta. Então, quando você leva aquele oitenta, eh pá!, fica com problemas, com dificuldades como devolver, porque os vinte que saíram é muito, logo você fica impossibilitado. Até eu levei aquele dinheiro em 2010. No formulário foi quarenta mil, mas o que recebi de verdade não chegou esse valor. Em mão foi trinta e cinco mil. Esses cinco aí é aquele de juramento de que eh pá, eu pedi trinta e cinco mil, mas arredondaram para quarenta e aí nos quarenta tenho que tirar mais para eles. Assim dizem tenho que pagar quarenta e três. Esses três são juros”. [19]

Os esquemas de corrupção, a partidarização e o compadrio, associados ao processo de acesso ao fundo dos “7 Milhões” acentuam a exclusão política e social, facto que reforça a percepção de um Estado distante e a consequente desmobilização face à política em geral e ao voto de uma maneira particular.

A aparente má gestão dos fundos dos “7 Milhões” cria e/ou reforça os conflitos entre parte da população de Murrupula e as lideranças locais, cristalizando-se o sentimento de que, entre a população, existem os que tem mais direitos e, por isso, são privilegiados no acesso aos benefícios do Estado. As alegações para o acesso a tais “privilégios” vão desde a amizade e a familiaridade com os chefes e com funcionários da administração local, até à detenção de meios para pagar os esquemas de suborno, para além da filiação ao partido Frelimo. Este sentimento de exclusão cria revolta por parte dos cidadãos, não só com as suas lideranças político-administrativas locais, mas também com todo o sistema de governação, incluindo da província e do país. Uma das consequências desse sentimento de exclusão é a apatia e o desinteresse da população em participar nos processos de tomada de decisões, incluindo pela via de eleições. O curto extracto da discussão no grupo focal de Nihessiue mostra a ligação que alguns cidadãos estabelecem entre a abstenção e a

avaliação que fazem do desempenho do governo local.

- *El*: Quando dizem que comem entre eles, eles quem são?
- *Interveniente 1*: São esses que ficam lá no gabinete. Esses chefes de posto, esses chefes da saúde. Sim! Essas coisas são eles que estão a fazer.
- *Interveniente 2*: Também eu vou acrescentar mais. Assim, por exemplo, vocês vieram conversar connosco. Se nós levássemos pedras e atirássemos para vocês, próxima semana vocês iriam voltar de novo para aqui? Não! Então é por isso também [que não voltam mais para votar].
- *El*: Então, eles estão a lançar-vos pedras?
- *Interveniente 3*: Sim! Dizem: “ah, vocês não são nada. Saíam, saíam, saíam!” Nós hi! Eh pá! Como não temos maneira, ficamos. Mas no tempo de votação vão nos precisar... [20]

No prolongamento da discussão, falaram dos problemas de falta de articulação entre a liderança local e a população, tendo ainda feito menção de temerem expor publicamente as suas preocupações por causa de represálias. De seguida, mencionaram a questão do mau atendimento e das cobranças ilícitas nos hospitais, da fraca frequência dos professores às aulas, devido aos problemas de transporte que, aliás, referiram que afectam toda a comunidade. Abordaram também as dificuldades no acesso a água, a falta de energia, etc.

Segue-se o extracto de uma entrevista que efectuámos com um jovem abstencionista de Nihessiue. Ele começa por desvalorizar a importância do voto, para depois se referir aos problemas da governação local, incluindo a questão da gestão dos fundos dos “7 Milhões”:

- *El*: No dia de votação, o mano não foi votar porquê?
- *Jovem abstencionista (J.A.)*: Não votei por não ver necessidade de votar, porque mesmo votando a maneira de governar não muda.
- *El*: Mano, poderia explicar melhor isso?
- *J.A.*: Mesmo eu indo lá inserir o meu voto, não ia valer por nada.
- *El*: Como assim? Explique bem mano!
- *J.A.*: Mesmo ganhando o meu partido, a maneira de governar não seria normal.
- *El*: Qual é essa forma de governar que o mano considera não ser muito boa e faz não ir votar?
- *J.A.*: É o exemplo que acabei por explicar e acabei por dar outros exemplos. Por exemplo, a qualidade da própria estrada, a maneira de governação do posto, assistência no hospital...

Sim, é um dos factos. Mesmo votando... Há um dinheiro que costuma-se emprestar. Não sei se o mano tem ouvido.

- *El*: Os “7 Milhões”?
- *J.A.*: Sim, sim. Aquilo tem criado confusão. [21]

Falou da “confusão”, aludindo o conjunto de problemas que abordámos no início desta secção do relatório, nomeadamente os esquemas de suborno e corrupção, a partidarização dos fundos e o compadrio, tendo, no fim, frisado que “as pessoas da secretaria, o chefe de posto e seus amigos é que nos maltratam aqui”. [22]

Assim, a partir do exemplo da gestão dos “7 Milhões”, pode-se notar como a questão do acesso aos benefícios do Estado pode criar um sentimento de exclusão e apatia por parte dos cidadãos de Murrupula. Esse sentimento de que Estado está distante funda-se em parte na imagem da liderança e na percepção dos cidadãos sobre a qualidade da governação local. Sentindo-se excluída dos serviços do Estado, parte significativa da população também opta por se excluir dos processos eleitorais.

[18] Intervenção de J.C. na discussão em grupo focal de jovens em Nihessiue-sede, 26 de Maio de 2015.

[19] Intervenção num grupo focal, no Posto Administrativo de Nihessiue, 26 de Maio de 2015.

[20] Grupo focal, Nihessiue, 26 de Maio de 2015.

[21] C. A., entrevista, Nihessiue, 3 de Junho de 2015.

[22] *Idem*.

## SECÇÃO 3

### Política do medo

A disputa entre a Frelimo e a Renamo pelo controlo e influência política sobre a população de Murrupula provoca medo no seio das comunidades e afecta a vida social, política e económica local

A tensão político-militar que marcou o contexto da realização das quintas eleições gerais da história de Moçambique, em Outubro de 2014, teve algumas peculiaridades em Murrupula. Com efeito, depois da reactivação de uma das mais antigas bases da Renamo, localizada naquele distrito, reforçou-se a disputa pelo controlo e influência política sobre a população da área entre aquele partido e a Frelimo, o que teve implicações na vida social, política e económica local. Nesta parte do relatório focamo-nos na questão do medo, procurando mostrar como é que este se instalou e se alastrou, a quem se teme e qual é o impacto dessa situação na participação política e na orientação do voto em Murrupula.

## "Muitos não foram votar por causa do problema dos militares"

Na vila de Murrupula, das entrevistas efectuadas com parte das autoridades político-administrativas, membros das mesas de voto (mmv's), régulos e professores, há uma aparente percepção de que os homens da Renamo são perturbadores, molesta a população, obrigando esta a dar mantimentos para a sua subsistência, o que alegadamente se teria intensificado e ganho outros contornos no período eleitoral. De acordo com um membro da mesa de voto (mmv), que participou num grupo focal realizado na vila, por causa do medo dos homens da Renamo, nalgumas zonas, tal como é o caso de Napuco, onde se localiza a base da Renamo, o recenseamento eleitoral, por exemplo, foi feito com recurso a um forte aparato policial:

“ Eu trabalhei em Napuco durante três dias. Muitos brigadistas negavam ir trabalhar lá. Tivemos que trazer pessoas de outros sítios e, chegando lá, não podíamos desligar os carros porque tínhamos medo de um ataque de surpresa. Fomos com muitos polícias armados, alguns ficavam próximos dos postos de recenseamento e outros, que estavam civis, vigiavam as zonas próximas. Algumas pessoas vinham recensear, outras tiveram medo.” [23]

É importante referir que, apesar dos receios e da fraca afluência dos cidadãos ao posto de recenseamento de Napuco, não houve qualquer incidente envolvendo a polícia e os homens da Renamo. No entanto, há relatos, segundo os quais, os homens da Renamo fizeram campanha eleitoral de casa em casa, nas eleições de 2014:

“Durante a campanha, os homens da Renamo passavam casa a casa dizendo: se não votarem na Renamo havemos de vir destruir. Eu mesmo recebi um deles. Chegou na minha casa e disse: tens que votar na Renamo para melhorar a vida. Se não votar na Renamo, havemos de fazer guerra que não acaba. Se não votar na Renamo...” [24]

Um dos líderes comunitários, simpatizante da Frelimo, em Murrupula, também se referiu às alegadas campanhas da Renamo e acrescentou que estas aconteceram mesmo no dia de votação:

“ Quando chegavam diziam: se não escolher a Renamo haverá guerra. Vamos matar todos da Frelimo. Até no dia de eleições tinham saído e estavam por aqui perto de Namipissa, mas sem armas e sem se identificarem. Faziam propaganda, dizendo: aquele que não votar na Renamo, cuidado!” [25]

A percepção de algumas lideranças locais é que essas ameaças tiveram um impacto na participação eleitoral, na medida em que se, por um lado, alguns preferiram distanciar-se das urnas, por outro, outros ter-se-iam sentido obrigados a votar na Renamo como forma de afastar o espectro de guerra:

“ Muitos não foram votar por causa do problema dos militares. Diziam: aquele que não escolher a Renamo vamos matar. Mas nós fomos escolher para pelo menos ver a guerra acabar. Por medo, escolhemos outro, mas perdeu. Era para acabar a guerra”. [26]

Entretanto, se a imagem negativa referente aos homens da Renamo prevalece, sobretudo entre as lideranças locais de Murrupula-sede e parte dos cidadãos da vila-sede, portanto próximos do Governo, entre as populações residentes nas proximidades da base da Renamo, nomeadamente as populações de Napuco, Napico e Ntapata, a imagem que se tem dos homens da Renamo é bem diferente, tal como se pode constatar nas linhas que se seguem:

“ Não temos medo porque eles [homens da Renamo] geralmente são pessoas simples e próximas da população, apesar [de] serem tropa. Eles não nos ameaçam, ninguém se sente mal

quando os vê. Quando nos encontramos com eles saudamo-nos, eles perguntam: como é que estão aqui na comunidade? Aconselham-nos a trabalhar nas nossas machambas e a fazer nossas actividades normalmente. Nunca levaram nossos cabritos, nunca nos arrancaram nada. Não vamos dizer que eles nos matam, ou nos fazem mal, nada!" [27]

Um dos líderes comunitários de Ntapata conta como aconteceu quando recebeu em sua casa a visita de guerrilheiros da Renamo:

" Vieram ano passado, antes das eleições . Pediram amendoim. Disseram: papá dê-nos amendoim! Eram dois. Não tinham armas. Não pegavam armas. Até hoje, quando eles saem da base para aqui, não levam armas. Andam simples só. No dia em que eles chegaram aqui tinham-me encontrado a mim, sentado ali na minha varanda. Vieram, pararam ali os dois, começaram a dizer: 'papá! Estamos a pedir dar arroz, amendoim, feijão cute, mapira, se tiver mapira. Eu disse: hey! não tenho mapira, nem feijão cute, não tenho. Entrei dentro [da casa], levei amendoim, 2kg, saí e dei. [Os geurrilheiros] receberam, despediram e foram. Até aqui não voltaram mais".

E acrescentou:

" Quando chegam a uma casa [e] apanham uma pessoa, não é preciso discutir. Só eles falam: papa dê-nos... O que eles pedem, porque não escolhem. E você dá a quantidade que tem. Então, eles vão. Exemplo: amendoim, arroz, feijão, em qualquer quantidade que você tiver, se lhes dá, eles levam e vão. Não vão dizer: você tirou isto que é pouco. Não. não! Também não entram na casa de uma pessoa, não. Pedem. Se responderes que não tens, eles saem. Não tem problemas. Até aqui nunca ouvimos que espancaram alguém. Outros casaram aqui mesmo. Outros têm machambas aqui." [28]

Uma senhora de 49 anos, residente em Napico, descreveu da seguinte forma as duas "visitas" que recebeu dos guerrilheiros da Renamo:

"Chegaram duas vezes ... Primeira vez dei feijão cute. Dei tudo, e eles, os donos, disseram: nada! É preciso diminuir este feijão, é muito. Diminuíram e levaram um pouco. [Eu] tinha medo também. Foi no ano passado, antes das

eleições. A segunda vez foi no ano passado também. Este ano nunca ouvi aqui, nunca passaram. Eu estava a tremer. Então eles disseram: mamã! Você está a ter medo, está a tremer. Está a tremer por causa de quê? Então está a dar muito feijão. É melhor levar este feijão e diminuir. Não vale a pena nos dar tudo! Quando ficar [depois de nós sairmos] o que é que vai dar a essa criança? Depois eles diminuíram e entregaram-me para ir guardar. Eram duas pessoas. Não tinham armas. Eram 14h. Quando era para dar assento, [um dos homens da Renamo] disse: mamã! Nós não queremos assento, estamos a pedir comida só. Falaram assim mesmo." [29]

Do relato acima, percebe-se que a senhora tinha medo dos homens da Renamo. Ela explicou que teve medo só na primeira visita, pois, apesar de já os ter visto na comunidade e de ter ouvido dos vizinhos que eles passavam por algumas casas pedindo comida, nunca tinham entrado em sua casa. Todavia, é importante referir que as entrevistas conduzidas nestas povoações próximas da base da Renamo mostram que, mais do que medo dos homens da Renamo, as populações têm medo da Força de Intervenção Rápida (FIR):

" Tendo em conta que são tropas, nós temos medo, mas não temos tanto medo como aqueles outros [da FIR], porque cruzamos com esses da Renamo e nos saudamos normalmente. Às vezes conversamos com eles e não fazem nada. Nós temos feito as nossas actividades sem receio ou medo de ser baleado. Mas aqueles da FIR... temos muito medo". [30]

[23] Intervenção de M. R. na discussão de grupo focal em Murrupula-Sede, 31 de Maio de 2015.

[24] Intervenção de M.M. na discussão do grupo focal em Murrupula-Sede, 31 de Maio de 2015.

[25] Entrevista com J.T, líder comunitário de Napico, 2 de Junho de 2015.

[26] *Ibid.*

[27] Intervenção de R.I na discussão do grupo focal em Napuco, 5 de Junho de 2015.

[28] Entrevista com J.T, líder comunitário de Ntapata, 2 de Junho de 2015.

[29] Entrevista com S. V. camponesa de Napico, 2 de Junho 2015.

[30] Intervenção de T.N. no grupo focal em Napuco, 5 de Junho de 2015.

## "São FIR que estragam aqui"

Napuco é uma povoação que pertence à localidade de Cazuzo e fica a cerca de 30 Km da vila-sede de Murrupula. Durante a guerra civil, a povoação albergou uma importante base da Renamo, que, entretanto, foi recentemente reactivada, no contexto do conflito que opõe a Renamo ao Governo da Frelimo. As entrevistas e discussões em grupos focais conduzidas no âmbito desta pesquisa mostram que a população de Napuco, nos últimos tempos, tem estado a viver num clima de medo na sequência das investidas constantes da FIR, em busca de supostos colaboradores ou informantes dos guerrilheiros da Renamo. O extracto da discussão em grupo focal a seguir explicita as razões porque a população tem medo das Unidades de Intervenção Rápida, associando estas ao partido Frelimo e, por vezes, alternando indistintamente as palavras "FIR" e "Governo".

- *Interveniente 1*: O Governo veio aqui, por aí três horas da manhã, antes das eleições. Quando chegaram aqui, capturaram o dono daquela casa aí! Aquela casa de chapa aí. [O nome da pessoa capturada é] Estevão.; capturaram o Sheik Jafar e um outro Sheik que fica ali onde tem bananeiras, mais um outro senhor chamado David. Levaram essas quatro pessoas e foram naquela direcção ali. Quando chegaram no rio, fuzilaram todos. Então, nós fugimos daqui e só depois de um mês, ou mais, é que voltámos. Dependia de cada pessoa. Mesmo quando vocês nos perguntam essas coisas, pensamos que estão a se rir de nós. Vocês podem estar a nos fazer essas perguntas e depois voltarem nos fazer mal. É por isso que aquele senhor aí não quis dizer o nome dele. Porque tem medo. Porque aquelas pessoas, quando vieram aqui perguntavam: onde fica a casa do Jafar? Iam para lá! Onde é que é a casa do senhor David? Iam para lá! Capturaram essas pessoas. Agora, quando vocês perguntam nossos nomes e nós negamos é porque estamos com medo de acontecer o que aconteceu com os outros.

- *Equipa do IESE (EI)*: Primeiro veio uma brigada, perguntou os nomes e depois vieram esses

outros, ou são esses mesmos que perguntaram os nomes?

- *Interveniente 2*: São essas pessoas que vieram. Esses criminosos da FIR. São pessoas da FIR, Intervenção Rápida, mandados pela Frelimo.

- *El*: Vinham armados?

- *Todos do grupo, em uníssono*: Sim! Sim!

- *Interveniente 2*: Vinham armados, fardados, com capacetes...

- *El*: Quantos eram, mais ou menos?

- *Interveniente 1*: Eram 60 homens. Uma companhia e meia, ou duas companhias. Eles vieram, pegaram nas pessoas e mataram. Até hoje, nós não sabemos porquê. Nós que somos população, ninguém sabe o motivo; não sabemos porquê aquelas pessoas foram capturadas e mortas. Mesmo assim que estamos aqui na reunião é possível ouvir disparos. Não sabemos como o Governo faz as coisas aqui. Não valoriza as pessoas daqui. Se vocês vêem as pessoas tristes aqui é porque estão com muito medo. Até hoje não se sabe os motivos. Mesmo aquelas pessoas que foram capturadas, não eram informadas porquê. Estavam a ser capturadas. Só foram capturados e mortos. Nós não sabemos o que está a acontecer, só vemos eles a virem nos capturar e ir nos matar.

- *El*: Disseram que foi antes das eleições, alguém se lembra mais ou memos do mês em que vieram?

- *Interveniente 1*: Foi no dia 19 de Fevereiro de 2014.

- *El*: Disseram que a primeira vez foi no dia 19 de Fevereiro de 2014. Depois o Senhor disse também que voltaram, e dessa vez foi uma criança que foi morta. Pode falar um pouco dessa segunda vez?

- *Interveniente 1*: A segunda vez quando apareceram [a FIR], mataram esse pastor de gado tolo que estava a guarnecer. Era pastor de boi, mas um doente mental... Eles não falaram nada com aquele e lhe deram tiro. Foi a FIR que fez isso. A segunda via então que a FIR voltou,

bateram aquele miudo e naquele sítio fizeram queimada, naquela área onde mataram aquela criança. Agora a quarta vez, essa vez quando apareceram dois carros, não sabemos porque vieram dois carros de dia, lá para as 14 horas. Entraram aqui, não sabíamos o que eles queriam. Geralmente, quando eles [a FIR] aparecem, toda a população, é criança como não, fogem, fogem. Mas a saber que é o nosso socorro, seria a nossa oportunidade de eles nos socorrer não é?! Nós todos fugimos para o mato, porque o que eles fizeram aqui em Napuco, isso nos faz fugir para o mato.

- *El*: Pela explicação que dava, vieram quatro vezes, é isso?

- *Interveniente 1*: A segunda vez que vieram e mataram uma criança, foi no dia 28 de Junho de 2014. A terceira vez não fizeram nada. A quarta vez vieram, pararam ali daquele lado, no riacho, e dispararam para esta área. Mas dispararam em grande em quantidade. Dispararam, nós fugimos, cada um tinha que arranjar forma de fugir. Ficámos dois dias. Essa quarta vez, foi semana passada. A quinta vez é essa vez que apareceram de carro e nós automaticamente ficámos agitados. Cada um fez as suas chamadas [para] dizer que hii!! apareceram. Mas não fizeram nada dessa vez. Só que as crianças aqui ficaram assustadas e os professores não sabiam de nada e mandaram dispersar as crianças. Eles [os professores] não sabiam quem estava a disparar, se era Frelimo ou se era Renamo, não sabiam. Já na semana passada coincidiu com a tropa que vinha, não sei [o que] vinham fazer, vinham ver o quê que aconteceu. Não fizeram nada, chegaram aqui e pararam.

- *El*: Que tropas são essas?

- *Interveniente 3*: Esses mesmos... Intervenção Rápida. São FIR que estragam aqui. [31]

Chegámos a Napuco no dia 1 de Junho de 2014. Pelo caminho, as poucas pessoas residentes na berma da estrada que dá acesso à povoação olhavam-nos com muita desconfiança. Íamos em duas viaturas e não percebíamos a razão de tantos olhares. Em Napuco acabariam por nos explicar que os elementos da FIR também costumavam deslocar-se em dois veículos. Mas isso, só soubemos depois de uma longa conversa com o primeiro jovem com quem falámos. O jovem foi o primeiro a aproximar-se de nós, pois quando chegávamos a qualquer lado, as pessoas fugiam. Enquanto conversávamos com o jovem, aos poucos iam

aparecendo outras pessoas. Disseram que fugiam porque pouco antes, no dia 27 de Maio, tinha havido tiroteios na zona, protagonizados por elementos da FIR.

Acrescentaram que circulavam informações segundo as quais no dia 1 de Junho haveria mais uma investida da FIR. Daí que nem as cerimónias do dia da criança se realizaram e até o director da escola e os professores já não se encontravam na comunidade. Falaram-nos dos ataques anteriores, da identidade das pessoas mortas pela FIR e aconselharam-nos a voltar outro dia, mas depois de articularmos com um dos membros da direcção da escola.

No dia 5 de Junho o medo e o pânico persistiam, embora já houvesse algumas pessoas na comunidade e a escola estivesse aberta. Na escola funcionava uma única turma da 5ª classe e um dos professores referiu que as crianças continuavam aterrorizadas, de tal maneira que algumas desistiram de frequentar a escola e outras abandonaram a povoação logo depois das mortes de Fevereiro de 2014.

Numa das discussões de grupo, quando questionámos sobre o recenseamento, um dos intervenientes repetiu o episódio das mortes e disse:

“ Tocou um ponto que eu estava à espera de falar. Para nós recensearmos fomos obrigados, porque o Governo fez-nos muita coisa má aqui em Napuco. Antes de se começar o processo de recenseamento, esse Governo veio fazer estragos aqui. Até eu acho que o que faz as pessoas estarem com receios de responder às vossas perguntas é que pensam que vocês já sabem tudo o que sucedeu aqui... porque houve muita coisa má que aconteceu aqui, feitas pelo Governo. Depois do que o Governo fez, as pessoas abandonaram as suas casas”. [32]

Outro participante acrescentou:

“ Aqui quase não estava para haver eleições. Foi porque a Renamo puxou, sabendo que aqui há membros. Sabia que há membros. Então tinha que puxar, porque votação podia parar. Mas então, como o partido [Frelimo] estava a ver que aqui existem pessoas que podiam votar, vieram depois de quinze dias. Depois de quinze dias, os restantes dias é que nós... Até não consegui recensear um número favorável aqui”. [33]

Quando questionámos sobre as razões da abstenção em Napuco, um terceiro interveniente retomou a questão do medo dizendo:

“Hi! Quando a gente for para ali, vai nos acontecer aquilo que nos aconteceu naquele dia [as morte protagonizadas pela FIR]. Assim imaginavam as pessoas que estavam nas casas. Mas não podemos mentir, no dia de eleições, aqui não houve nenhuma força que perturbou as pessoas. Mas as pessoas em si, como sabiam que aqui aconteceram mortes, morreram alguns nossos vizinhos, ninguém tinha vontade de vir [se] concentrar num sítio assim. Cada um pensava que talvez é ocasião para morrer”. [34]

Independentemente de quem se tem medo – homens da Renamo ou da Força de Intervenção Rápida -, há medo nalgumas zonas de Murrupula. Alguns têm medo dos homens da Renamo porque, como disseram ao longo das entrevistas, apesar de não andarem com as armas, são militares e a qualquer momento podem mobilizar as suas forças. Outros têm medo da FIR e, portanto, do próprio Estado. Os últimos são temidos por causa das mortes que a população alega terem perpetrado antes e durante o período eleitoral. Como pudemos notar, este medo teve impacto no recenseamento, na campanha, na votação e no dia-a-dia das comunidades, sobretudo as mais próximas da base da Renamo, como é o caso de Napuco, Napico e Ntapata. A proximidade da base coloca as populações dessas povoações numa situação mais delicada, se comparada com a que vivem as comunidades que residem próximo da vila-sede, pois é nessas áreas onde residem que a Renamo, através dos seus homens armados, e a Frelimo, usando as forças do Estado, procuram manter, ou alargar, o seu controlo e influência, o que reproduz as lógicas de disputa dos espaço e da população do período da guerra civil. Um dos elementos mais salientes dessa disputa é que, tal como naquele período, as alianças e simpatias políticas na vila e nas povoações mais recônditas de Murrupula são visivelmente distintas. Por exemplo, com base nos relatos que apresentámos, nota-se que, enquanto em Napuco, Napico e Ntapata, as populações parecem conviver pacificamente com os homens da Renamo, na vila-sede, os mesmos são descritos como sendo perturbadores, aqueles que tiram a tranquilidade às populações, mesmo se parte significativa dos

entrevistados dessa parte do distrito nunca manteve contacto com os referidos “homens armados”. Aliás, a própria designação de “homens armados” pode ser questionada, se considerarmos que, pelo menos nas comunidades onde circulam, os referidos homens não levam consigo as armas. Esta designação parece também participar de todo um processo de construção de uma narrativa de medo, visando reforçar a influência política e eleitoral da Frelimo.

[31] Extracto de discussão em grupo focal em Napuco, 5 de Junho de 2015

[32] Intervenção de F.G. na discussão em grupo focal em Napuco, 5 de Junho de 2015.

[33] Intervenção de V.M. na discussão em grupo focal em Napuco, 5 de Junho de 2015.

[34] Intervenção de N.S. na discussão em grupo focal em Napuco, 5 de Junho de 2015.

## CONCLUSÃO

A explicação da atitude dos eleitores em relação ao voto requer uma combinação de factores de natureza contextual, institucional e instrumental. Partindo da análise do contexto e das narrativas e experiências de vida dos eleitores/abstencionistas, este relatório mostra que as percepções que os eleitores têm da relação com o Estado e a maneira como vivem essa relação jogam um papel importante na estruturação da atitude em relação à política em geral e ao voto em particular. As entrevistas e as discussões em grupos focais realizadas no âmbito desta pesquisa, centradas particularmente no acesso aos serviços básicos, no acesso ao Fundo Distrital de Desenvolvimento e ainda nas narrativas do medo, mostram que, para as populações que vivem longe da vila-sede, o Estado é uma realidade distante, o que acentua a percepção de exclusão, na medida em que o Estado é percebido como estando ao serviço fundamentalmente dos “outros”, isto é, aqueles que física e simbolicamente estão mais próximos do Estado, nomeadamente as populações da vila-sede, as lideranças locais, os professores, os enfermeiros, os funcionários públicos, etc.

O estado precário das infra-estruturas e a deficiente qualidade dos serviços públicos, particularmente educação e saúde, criam o sentimento de um Estado distante do quotidiano dos cidadãos. As entrevistas e as discussões em grupos focais mostram que na percepção das populações locais, o mau estado das escolas e unidades sanitárias (quando existem), o alto absentismo dos professores, que deixa crianças sem aulas durante muito tempo, o mau estado das vias de acesso cristalizam o estado de abandono e esquecimento por parte do Estado e, conseqüentemente, desmobiliza os

cidadãos para a política e o voto. De acordo com as entrevistas e as discussões em grupos focais, os eleitores que não comparecem às urnas expressam essa desmobilização evocando o cansaço, num duplo sentido: a) cansaço da não materialização das sucessivas promessas eleitorais no que se refere ao melhoramento dos serviços básicos; b) cansaço de votar num candidato que “nunca ganha”, facto que, na percepção dos abstencionistas, resulta do processo da viciação dos resultados eleitorais. É importante referir que, em três povoações abrangidas pela pesquisa, nomeadamente Napico, Navarola e Munlela, as populações locais não só se ressentem do estado precário das infra-estruturas e da qualidade dos serviços públicos, como também da falta de postos de recenseamento e mesas de votação, facto que reforça o sentimento de um Estado distante e tem implicações directas na abstenção. Aliás, em muitas entrevistas e discussões em grupos focais, a distância entre os locais de residência e os postos de recenseamento e as mesas de votação foi apontada como uma das causas importantes da abstenção das populações nestas zonas, onde em períodos eleitorais funcionam brigadas móveis de recenseamento.

Um outro aspecto importante que afecta a abstenção em algumas povoações é o Fundo Distrital de Desenvolvimento. Com efeito, os esquemas de corrupção, a partidarização e o compadrio, associados ao processo de acesso ao fundo dos 7 milhões acentuam a exclusão política e social, facto que reforça a percepção de um Estado distante e a conseqüente desmobilização face à política em geral e ao voto de uma maneira particular.

O contexto político em que se realizaram as eleições gerais de Outubro de 2014 trouxe um aspecto particular que acabou jogando um papel importante na abstenção: o clima de tensão político-militar, que se traduziu em narrativas do medo, que existem quer em zonas sob o controlo do Governo, portanto, da Frelimo, quer em zonas sob controlo da Renamo. É interessante verificar que o processo da reactivação das antigas bases da Renamo reproduz as lógicas da guerra civil de disputa e controlo das populações locais pela Frelimo e Renamo e

faz emergir as narrativas do medo: nas zonas sob o controlo da Frelimo tem-se medo dos chamados “homens armados da Renamo” e nas zonas sob o controlo da Renamo há medo da FIR, portanto, do Estado. Este relatório mostra que quer num, quer noutro caso, as narrativas do medo acabam tendo o mesmo efeito: afastamento dos eleitores das urnas, facto que reforça os números da abstenção.

## Referências

Barreto, A. (2008) O Eleitor Ausente. O não Comparecimento às Urnas na Discussão das Ciências Sociais. *Civitas*. 8 (Maio-Ago), 187–206.

Bourdieu, P. (2009) *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.

Brito, L. et al. (2005) *Formação do Voto e Comportamento Eleitoral dos Moçambicanos em 2004*. Maputo, EISA.

Brito, L. et al. (2015) *Crônicas de Uma Eleição Falhada. Moçambique - Outubro de 2014*. Maputo, IESE.

Dahl, R. (1997) *Poliarquia*. São Paulo, EDUSP.

Geffray (1990) *La Cause des Armes au Mozambique. Anthropologie d'Une Guerre Civile*. Paris, Karthala.

INE (2012) *Estatísticas do Distrito de Murrupula*. Maputo, INE.

Mazula, B. (2006) *Voto e Urna de Costas Voltadas: Abstenção eleitoral 2004*. Maputo, CEDE.

Serra, C. (1999) *O Eleitorado Incapiturável*. Maputo, Imprensa Universitária.

## ANEXO 1. Lista de discussões em Grupos Focais

Composição	Local	Data
Homens e Mulheres	Nacurare (Murrupula-sede)	04.06.2015
Homens e Mulheres	Navarola (Chinga)	30.05.2015
Homens	Napico	02.06.2015
Homens e Mulheres	Napico	01.06.2015
Homens abstencionistas	Nihessiue-sede	31.05.2015
Mulheres	Nihessiue-sede	29.05.2015
Homens não abstencionistas	Napico (Murrupula-sede)	03.06.2015
Jovens	Namicai (Nihessiue)	27.05.2015
Homens e Mulheres	Namicai	27.05.2015
Homens e Mulheres	Namipissa (Murrupula sede)	28.05.2015
Homens	Munlela (Chinga)	30.05.2015
Homens não abstencionistas	Napuco (Murrupula-sede)	05.06.2015
Jovens e Adultos	Nihessiue-sede	26.05.2015

## ANEXO 2. Lista dos entrevistados

Nome	Sexo	Abst. / N-Abst.	Local	Data
A.B.	Homem	Abstencionista	Napico (Murrupula-sede)	02.06.2015
Augusto Gonçalves	Homem	Abstencionista	Nuhessiue-sede	03.06.2015
T.B.	Mulher	Abstencionista	Nihessiue-sede	03.06.2015
B.A.	Mulher	Abstencionista	Nihessiue-sede	03.06.2015
D.E.	Mulher	Abstencionista	Munlela (Chinga)	04.06.2015
S.H.	Mulher	Abstencionista	Munlela (Chinga)	04.06.2015
T.L.	Homem	Abstencionista	Munlela (Chinga)	04.06.2015
P.S.	Homem	Abstencionista	Munlela (Chinga)	04.06.2015
N.M.	Homem	Abstencionista	Munlela (Chinga)	04.06.2015
Alaina Alide	Homem	Abstencionista	Namilasse (Chinga)	30.05.2015
S.P.	Homem	Abstencionista	Napico (Murrupula-sede)	02.06.2015
Mira Patrício	Mulher	Abstencionista	Munlela (Chinga)	04.06.2015
Cecília Francisco	Mulher	Abstencionista	Napico (Murrupula-sede)	02.06.2015
Estêvão Raliua	Homem	Abstencionista	Nihessiue-sede	03.06.2015
Merciano Carlos	Homem	Abstencionista	Nihessiue-sede	29.05.2015
C.S.	Mulher	Abstencionista	Napico (Murrupula-sede)	02.06.2015
B.L.	Mulher	Abstencionista	Napico (Murrupula-sede)	02.06.2015
António Guimarães	Homem	Abstencionista	Munlela (Chinga)	04.06.2015
António P. dos Santos	Homem	Abstencionista	Nihessiue-sede	03.06.2015
Elias Sitorra	Homem	Abstencionista	Namicai (Nihessiue)	29.05.2015

F.M.	Mulher	Abstencionista	Napico (Murrupula-sede)	02.06.2015
João Agostinho	Homem	Abstencionista	Munlela (Chinga)	04.06.2015
Madalena Alberto	Mulher	Abstencionista	Munlela (Chinga)	04.06.2015
D.G.	Homem	Abstencionista	Namicai (Nihessiue-sede)	29.05.2015
A.V.	Homem	Abstencionista	Namicai (Nihessiue)	29.05.2015
Pedro Ângelo	Homem	Abstencionista	Nihessiue-sede	03.06.2015
Abdul D. Mário	Homem	Abstencionista	Namicai (Nihessiue)	29.05.2015
M.X.	Homem	Abstencionista	Ntapata (Murrupula-sede)	28.05.2015
C.B.	Homem	Abstencionista	Napico (Murrupula-sede)	02.06.2015
C.A.	Homem	Abstencionista	Nihessiue-sede	03.06.2015
Xavier André	Homem	Abstencionista	Nihessiue-sede	03.06.2015
Cabo Mwahinone	Homem	Não abstencionista	Cavina (Murrupula-sede)	27.05.2015
Francisco Alberto	Homem	Não abstencionista	Intapata (Murrupula-sede)	02.06.2015
S.T.	Homem	Não abstencionista	Napuco (Murrupula-sede)	05.06.2015
N.H.	Homem	Não abstencionista	Namilasse (Chinga)	30.05.2015
Faustino Selemane	Homem	Não abstencionista	Nihessiue-sede	29.05.2015
Dionísio Celestino	Homem	Não Abstencionista	Nihessiue-sede	29.05.2015
Mário Almeida	Homem	Não abstencionista	Murrupula-sede	31.05.2015
Régulo Walala	Homem	Não abstencionista	Murrupula-sede	26.05.2015
D.B.	Homem	Não abstencionista	Napuco (Murrupula-sede)	01.06.2015
Marcelina Albino	Mulher	Não abstencionista	Napuco (Murrupula-sede)	05.06.2015
J.T.	Homem	Não abstencionista	Napico (Murrupula-sede)	02.06.2015
Abreu Alfredo	Homem	Não abstencionista	Napuco (Murrupula-sede)	05.06.2015
Teodoro C. Cavarro	Homem	Não abstencionista	Murrupula-sede	29.05.2015

António Tocolé	Homem	Não abstencionista	Nihessiue-sede	26.05.2015
Régulo Namacorro	Homem	Não abstencionista	Murupula-sede	28.05.2015
Ibraimo Diogo	Homem	Não abstencionista	Napuco (Murupula-sede)	05.06.2015
M.P.	Homem	Não abstencionista	Murupula-sede	05.06.2015
B.N.	Homem	Não abstencionista	Napuco (Murupula-sede)	05.06.2015
J.C.	Homem	Não abstencionista	Nihessiue-sede	26.05.2015
M.R.	Mulher	Não abstencionista	Murupula-sede	31.05.2015
M.M.	Homem	Não abstencionista	Murupula-sede	31.05.2015
R.I.	Homem	Não abstencionista	Napuco (Murupula-sede)	05.06.2015
C.C.	Homem	Não abstencionista	Napico (Murupula-sede)	03.06.2015
J.E.	Homem	Não abstencionista	Munlela (Chinga)	30.05.2015
R.A.	Mulher	Não abstencionista	Nihessiue-sede	29.05.2015
T.U.	Homem	Não abstencionista	Nihessiue-sede	31.05.2015
B.F.	Homem	Não abstencionista	Munlela (Chinga)	30.05.2015
M.I.	Mulher	Não abstencionista	Namicai (Nihessiue)	27.05.2015
A.S.	Homem	Não abstencionista	Napuco (Murupula-sede)	05.06.2015
T.N.	Homem	Não abstencionista	Napuco (Murupula-sede)	05.06.2015
F.G.	Homem	Não abstencionista	Napuco (Murupula-sede)	05.06.2015
V.M.	Homem	Não abstencionista	Napuco (Murupula-sede)	05.06.2015
N.S.	Homem	Não abstencionista	Napuco (Murupula-sede)	05.06.2015
R.C.	Homem	Não abstencionista	Napico (Murupula-sede)	02.06.2015
Juma Evaristo	Homem	Não abstencionista	Munlela (Chinga)	04.06.2015
Wassitói	Homem	Não abstencionista	Nihessiue-sede	03.06.2015
E.R.	Homem	Não abstencionista	Napuco (Murupula sede)	05.06.2015





ECC00304432 (9)

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE  
COMISSÃO NACIONAL DE ELEIÇÕES  
EDITAL CONTAGEM DE VOTANTES E DOS BOLETINS DE VOTO  
DATA 15/02/14

PROVINCIA NAMPULA DISTRITO/CIDADE NAMPULA

LOCALIDADE LINDANO CENTRAL LOCAL ESCALA 3 DE FLECHAS

Código da Assembleia de Voto  
(Nº do Cadastro Principal)

03000102

Nº das Cadeiras Complementares


ELEIÇÕES GERAIS E DAS ASSEMBLEIAS PROVINCIAIS

	PR		AR		AP
Número de Votantes	515	Número de Votantes	515	Número de Votantes	515
Número de Votos na Urna	515	Número de Votos na Urna	515	Número de Votos na Urna	515

Assinatura dos Membros da Mesa e Carimbo

Instituto de Estudos Sociais e Económicos

Av. Tomás Nduda 1375  
Maputo, Moçambique

www.iese.ac.mz

1. Presidente

*[Signature]*

